

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Sargento Damosiel
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções de Afastamentos nº 323 a 325/2012	2
	Atos Legislativos	
	Ata da 2121ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
	Ata da 2122ª Sessão Ordinária na Íntegra	5
	Atos Financeiros	
	Execução Orçamentária Ref. ao 3º Bimestre de 2012	8

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	NIURA CARDOSO DE SOUZA DIRETORA ADMINISTRATIVA
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATÉRIAS PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

RESOLUÇÃO Nº 323/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento de a servidora **CÍCERA CHAVES OLIVEIRA Assistente Parlamentar IV**, para viajar com destino ao Município de Normandia, no período de 26.07 a 02.08.2012, com a finalidade de tratar de assuntos referente a 1º secretaria junto à câmara municipal daquela localidade.

Palácio Antônio Martins, 26 de julho de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 324/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento das servidoras **CRISTIANE ROMÊNIA FONSECA DE ALMEIDA Controladora Geral**, **ELIZA MARIA ALMEIDA DA SILVA Auditora de Controle Interno Contábil**, **RITA MARIA FACIONI Assessora Especial** para viajarem com destino a cidade de Natal/RN, no período de 05.08 a 08.08.2012, com a finalidade de participarem do curso sobre , retenção na fonte de tributos e contribuições sócias na administração pública.

Palácio Antônio Martins, 26 de julho de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 325/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **VALNÉIA DA SILVA GUTIERRE Assistente Legislativo** para viajar com destino a cidade de Natal/RN, no período de 01.08 a 04.08.2012, com a finalidade de participar de um treinamento na área de processo legislativo na Assembleia Legislativa de Natal/RN

Palácio Antônio Martins, 26 de julho de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2121ª SESSÃO, EM 23 DE MAIO DE 2012. 43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e três de maio de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima vigésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro berta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) -Lida a Ata.
O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 25, de 23/05/12, que institui o CUIDAR – Programa de Alimentação Complementar, a fim de garantir proteção social e segurança alimentar a crianças por meio da oferta de complemento lácteo.

EXTERNOS:

- Ofício Circular nº 196/12, de 11/05/12, convocando a 16ª chamada do fundo de Assistência Parlamentar, conforme cópia da resolução 001/99, e relação nominal dos filiados ao FAP.

- Ofício nº 487/12, de 18/05/12, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Oitavo Termo Aditivo ao Convênio nº 016/09, entre o Estado de Roraima/SEINF/Município de Rorainópolis.

- Ofício nº 191/12, de 18/05/12, do Conselho Regional de Medicina de Roraima, enviando cópia do Relatório da Comissão de Fiscalização.

- Ofício nº 498/12, de 22/05/12, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Oitavo Termo Aditivo ao Convênio nº 047/09, entre o Estado de Roraima/SEINF/Município de Amajari.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Erci de Moraes - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, funcionários da Casa, amigos que nos prestigiam nessa manhã carregada de nuvens, e espero que não passe de nimbos.

Quero abordar três assuntos que considero importantes, até para manter a sociedade informada.

O primeiro, trata-se das eleições municipais, mais especificamente como está se desenrolando as primeiras escaramuças aqui no município de Boa Vista. Desde que acompanho a política, sempre ouvi dizer e aprendi que nós temos eleições gerais e municipais. Nas eleições gerais podemos ter situação e oposição, em nível federal e estadual. No plano municipal idem, mas estamos vivendo um fato atípico em Boa Vista, não há oposição, só situação. Lendo uma matéria hoje, me chamou atenção que a própria imprensa ao abordar esse assunto, já se refere ao tema como sendo o grupo, dizendo: ele é uma das opções da frente de oposição formada por 14 partidos para concorrer ao cargo. Além dele, que é o Deputado Mecias, há a Deputada Maria Helena Veronese que também é um dos nomes indicados pelo grupo, a qual está enfrentando problemas internos de sigla, o que a impede de confirmar a sua presença. O que me chama atenção é que a imprensa identifica os políticos envolvidos como oposição, e assim a coisa vai desfilando nesse nível e a opinião pública começa a ser enrolada, engodada, porque, na verdade, esses nomes que aqui estão arrolados fazem parte da situação municipal de Boa Vista, e não há como fugir, a menos que esses personagens políticos estejam querendo crucificar o atual prefeito, deixá-lo só. A vice-Prefeita é do partido que mais faz oposição ao Estado, mas é situação no que diz respeito à situação municipal. Os pré-candidatos que desfilam se dizem oposição. Mas oposição a quem? Não estamos falando e nem disputando eleição estadual, a eleição que se avizinha é municipal, nesse caso, eu poderia me dar o direito, pois sou oposição, e assim por diante.

Então, eu acho correto que se dê nomes aos personagens. No pleito municipal, fazem parte da situação municipal, além evidentemente do chefe do Poder Executivo, a vice-Prefeita, a bancada que apoia essa gestão e os políticos comandados que formam, e aqui quero dizer à imprensa, uma frente de 14 partidos. Acho que cada um deve assumir a sua identidade. Esse é o chamamento que eu quero fazer, porque vejo nisso uma manobra solerte até de querer confundir o eleitor ao dizerem oposição. Não estamos discutindo no pleito municipal a situação do Estado, e nem mesmo no plano federal. O que me causa estranheza é que não é só os políticos, a própria imprensa está assumindo isso como se fosse uma coisa absoluta, verdadeira e normal e está assinando embaixo.

O segundo fato que me preocupa, meus amigos, e quero dividir essa preocupação com meus Pares, é que acho que esta Casa deve se preparar para enfrentar nesse ano inúmeras demandas, devido às diferentes categorias de servidores públicos, com relação aos seus respectivos planos de salário e carreira, porque nós já tivemos aqui uma primeira experiência que não foi muito satisfatória, deixou um gostinho amargo, tanto para parte dos servidores, como para o próprio Executivo e, acredito que muito mais do isso para nós Deputados, em relação ao plano de cargos e salários da PM. Nós tivemos que acabar aceitando vetos que o que já havíamos conscientemente votado, ao sermos orientados para votarmos a favor, antes. E agora, temos o plano da Polícia Civil que já está nesta Casa, o da Defensoria Pública e ontem já tivemos uma preliminar do contingente da saúde. Outros certamente virão no decorrer desse ano e aí é que esbarra a minha preocupação, pois como é que esta Casa vai fazer frente, exercer dignamente seu papel e contribuir para o aperfeiçoamento do processo com esse trato do executivo com seus funcionários públicos?

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz - Na semana passada, fiz um pronunciamento aqui, antes do pacote que o governo adotou esta semana, porque já havia indícios de que o governo iria usar novamente o chapéu aleio. Eu falo o governo federal. O que Vossa Excelência está colocando realmente é preocupante, pois além do Estado ter criado vários cargos comissionados este ano, de ter feito várias correções salariais, há vários projetos aqui de planos de cargos e salários, ainda vem o da saúde, o da educação já chegou, há o do Gabinete Militar, da Secretaria de Segurança unificando as políticas que é uma coisa correta. A isenção que o governo está dando só do IPI, eu peguei esses dados agora pela manhã, deve ultrapassar nesse trimestre 2 bilhões e meio, de cuja receita 50% é para os Estados e municípios. O governo federal está preocupado com o sul e o sudeste, o resto é o resto, é o Brasil colônia. O reflexo dessa crise é muito forte aqui em Roraima, porque não somos um Estado industrializado, somos

dependentes de recursos federais. Vossa Excelência está colocando exatamente uma preocupação muito carente, pois sabemos se a partir de outubro conseguiremos pagar a folha do Estado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Joaquim, e peço a inserção do seu aparte ao meu discurso. Mas, Deputado, a minha preocupação é essa também, o papel que deve ser desempenhado por este Poder, porque não temos como fugir, os planos virão e esta Casa terá que se manifestar. Então, acho que seria prudente, até pela primeira experiência que não foi muito exitosa, como Vossa Excelência disse, a respeito do episódio da Polícia Militar, que é melhor prevenir do que remediar. Nesse sentido, quero sugerir ao Presidente da Casa que busque uma saída, o que a meu ver é prudente, pois nós, Deputados, não devermos alimentar certas vaidades. Nós somos parlamentares, representamos a sociedade de um Estado muito jovem, com apenas 23 anos. Agora, começa a adensar cada vez mais a pressão dos servidores estaduais em busca de seus direitos. E, nós não nos atentamos quanto a isso. Então, seria prudente, termos um pouco de humildade. O que eu não sei, e eu vou buscar com quem sabe, se podemos criar uma comissão mista, não para ser terminativa, mas que fosse presidida pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e fizessem parte dela dois, três ou quatro Deputados daquelas comissões que envolvam as categorias mais importantes, que estão enviando planos para cá, para que essa comissão pudesse se deslocar para outras Assembleias Legislativas da Federação, que já têm uma história consolidada, acostumadas a lidar com isso, e que pudesse nos passar subsídios trazidos por essa comissão, que depois multiplicaria essa informação dentro do grupo de Deputados, pois com isso, estaríamos mais preparados para enfrentar os debates que virão e as consequências que daí advirão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio - Eu quero fazer dois comentários em cima do discurso de Vossa Excelência sobre as eleições municipais de 2012. Primeiro, quero falar pelo partido que estou filiado, PC do B. Nós fazemos parte de um grupo chamado G-8, que eram oito partidos, mas não há mais os oito. E, temos dois pré-candidatos lá em nosso grupo que estão querendo compor outras frentes. Agora, concordo com Vossa Excelência, nós não sabemos quem é oposição e quem é situação, principalmente nas eleições municipais de Boa Vista. Essa frente hoje formada pelo G-8 e também liderada pelo grupo político do ex-Governador Neudo Campos, também é liderada por um outro grupo político que é o do Deputado Federal Raul Lima. Nós estamos lá num debate em cima de critérios, de pesquisa para escolher o nome a ser apresentado para a sociedade como candidato de oposição ao PMDB, ao grupo apoiado pelo atual Governador José de Anchieta e também pelo Senador Romero Jucá. Agora, enquanto nós estamos lá, tentando identificar qual o melhor candidato, o melhor nome que nós temos, quais são as propostas que vamos apresentar para a sociedade ao construirmos um projeto político para o município de Boa Vista, nós já sabemos quem é o nosso adversário nessas eleições: é o PMDB. E aí, o que nós sabemos, enquanto estamos aqui discutindo, tentando construir, é que lá já está imposto o nome e aí, quem quer vai, quem não quer discorda. Então, esse é o cenário que nós temos. Enquanto nós estamos construindo um nome aqui, em cima de propostas, daquilo que é viável para apresentar para a sociedade boa-vistense, do outro lado já está decidido quem é o candidato. Nós sabemos que tem o apoio da máquina, do Governo do Estado em defesa desse candidato. Mas, isso é um processo democrático. Agora, concordo com Vossa Excelência que nós temos colocado em discussão também, que a Prefeitura Municipal de Boa Vista tem que se posicionar, pois não pode acontecer o que aconteceu em 2010 onde a metade da prefeitura estava num palanque e a outra metade em outro. Inclusive, o nosso posicionamento deve estar com esse grupo e vamos assumir o ônus e os bônus da gestão. Então, quero dizer que o nosso partido está buscando o que é melhor para o Município.

Com relação à política de valorização do servidor, Vossa Excelência tem razão, tem sido um desastre por parte do Executivo a forma como está sendo conduzida essa política, pois o chefe desse poder não senta com os servidores para construir uma proposta de cargos e salários, tampouco altera a lei que garante os vencimentos e outros direitos dos servidores. O que temos percebido é que o Governo está cometendo um erro, ouve meia dúzia de pessoas e manda projetos aqui para a Assembleia, como é o caso dos policiais civis, como foi o caso da Polícia Militar e está sendo o caso dos servidores da saúde que estão elaborando o Plano de Cargos e Salários sem ouvir os servidores. E, ficamos nesta Casa nesse debate tentando ajustar os planos e, às vezes, sabemos que temos até boa vontade, mas não temos a competência,

não podemos criar despesa para o Executivo, pois algumas emendas são de iniciativas do executivo, não cabem a nós. Eu acho que o processo correto seria o Executivo montar uma Mesa redonda, discutir e trazer para nós fazermos os ajustes finais, e não como está colocando, está aí o abacaxi, resolvam. Nós não temos como resolver.

Então, o que pedimos, pois Vossa Excelência faz parte da bancada governista, é que os próximos Planos de Cargos e Salários sejam discutidos amplamente com os servidores e que retirem esse Projeto da Polícia Civil para que seja discutido e depois reenviado novamente para esta Casa. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Sampaio, na primeira parte de suas colocações, diria que seu argumento é aquele que explica, mas não justifica, porque há toda uma simbologia no confronto político. E, fico triste quando se tenta fazer política no Estado de Roraima pensando que o nosso eleitor é absolutamente analfabeto, não distingue as coisas. Por isso, nós precisamos alertá-los para que não entrem nessa esparrela. Quando Vossa Excelência se refere à questão do PMDB e do PP, é bom que não esqueça que cada um guarda as suas contradições, aqui eles são situação e oposição, mas lá, no Planalto, eles vivem abraçados, ou seja, apoiam o mesmo Governo.

Quanto à segunda parte, é óbvio, eu acho que o que nós precisamos fazer é nos prepararmos convenientemente e consistentemente para poder dar a resposta a toda aquela ansiedade e postulação das nossas categorias funcionais do Estado de Roraima, porque não virão só do Executivo, mas de outros Poderes, por isso, esta Casa deve estar preparada. Acho que a minha proposição não demanda um custo elevado, está dentro das atribuições dos Deputados e concorrerá sem dúvida. Se sair daqui um grupo bem selecionado para buscar subsídios, certamente encontrarão, porque em outras Assembleias Legislativas que têm mais de cinquenta anos de exercício, há planos de cargos e salários para as mesmas categorias que nós temos aqui. E olha que a educação e saúde não são as únicas categorias.

O terceiro ponto abordado é exatamente o que levantou o Deputado Joaquim Ruiz, pois nós vimos esse filme há pouco tempo atrás. Quando o ex-presidente Lula reduziu o IPI para eletrodomésticos e carros, nós vimos a profusão de carros em todo o Brasil, especialmente em Boa Vista, de repente as nossas largas e amplas avenidas se tornaram insuficientes para receber esse fluxo no trânsito, trazendo um fato novo, colocando Roraima entre as primeiras cidades em número de acidentes. Em compensação, se foi bom para alguns, não foi bom para outros, porque para Estados como Roraima, Amapá e outros Estados do Nordeste quando se reduz o IPI, que é a mola propulsora do FPE, gera consequências graves. Minas Gerais não sente isso porque o IPI representa apenas 1% do Orçamento Estadual, então, o Estado fica com 99% do seu orçamento disponível para fazer o que tem que ser feito, enquanto aqui, para nós, supera 80%, e é assim para outros Estados, consequentemente o aperto virá e virá em breve, não só para o Estado, será mais grave nos Municípios, devido serem descapitalizados, praticamente sem nenhuma arrecadação própria, os quais terão que arcar com as consequências dessas medidas. Entendemos, é bem verdade, o propósito, mas tais medidas deveriam ser tomadas resguardando os Estados que não têm uma alta incidência do repasse do FPE com algumas outras medidas explícitas, que pudessem compensar essa perda que certamente ocorrerá, para a qual não haverá reposição. Então, meus senhores, queria fazer essas três considerações porque as acho pertinentes. Eu desejo que nas próximas eleições tenhamos uma discussão acirrada, com defesa de propostas que possam contribuir para aperfeiçoarmos o processo democrático. Entretanto, os primeiros indícios indicam que não serão assim, é possível que tenhamos novamente aquelas velhas histórias que se repetem em todas as eleições.

No tocante aos Planos de Cargos e Carreiras, os quais considero da maior importância, não retiro um milímetro do direito dos servidores, mas temos que entender que deve haver um ponto de equilíbrio entre a pensão das categorias e as possibilidades de serem atendidas pelo Governo do Estado. Para isso, esta Casa terá que arbitrar essa questão no momento em que for se pronunciar sobre tais planos, para que possa nos dar as ferramentas necessárias para que possamos contribuir efetivamente com o processo. Muito obrigado!

Questão de Ordem do Senhor Deputado Soldado Sampaio - Eu quero registrar a presença de uma comitiva de moradores do Projeto Taboca, das vicinais 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8, que estarão durante todo o dia de hoje visitando a Secretaria de Obras, Agricultura e Educação e a CER defendendo pleitos daquela comunidade, pois, no momento, as estradas estão sem condições de trafegabilidade, as crianças estão sem assistir aula por esse motivo e há uma deficiência enorme no quadro de professores.

Quero pedir da Secretaria de Agricultura maior apoio no que

tange aos caminhões que escoam a produção, pois estão sem trafegar devido às condições das estradas, bem como a CER, através do Projeto Luz para Todos, para que sejam contempladas aquelas famílias com o referido projeto. Muito obrigado!

O Senhor Presidente Chicão da Silveira – Desejamos boas-vindas a todos. Estamos agradecidos pela presença de Vossas Senhorias e informo que podem contar com o Poder Legislativo na defesa dos seus direitos.

Passaremos para a Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento para que seja realizado no dia 28 de junho do corrente ano, no Plenário Noêmia Bastos, Audiência Pública com os membros do Conselho Indígena de Roraima – CIR, da área indígena Raposa/Serra do Sol, para debaterem os problemas que afligem aquela comunidade.

O Senhor Primeiro Secretário Jalser Renier – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente Chicão da Silveira – Coloco em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio- Esse Requerimento é fruto do entendimento do nosso Presidente, Deputado Chico Guerra, com a Comissão de Povos Indígenas da Região Norte, no qual ficou acordado que realizaríamos uma Audiência para ouvirmos aquelas comunidades, para sabermos o que está ocorrendo após a demarcação. Os temas referem-se à Educação, a saúde e a recuperação de estradas e vicinais que atendem aquelas comunidades. Também ficou acordado que nessa Audiência serão convidadas algumas autoridades, principalmente as representantes de órgãos federais que são responsáveis por políticas públicas para aquelas comunidades, que não estão sendo executadas a contento. Portanto, diante da importância do evento para o Estado e para as Comunidades indígenas, eu peço o apoio de todos para que a Audiência ocorra no dia 28 de junho. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Vossa Excelência pode me informar a data da Audiência, porque dia 28 de junho já está marcado um evento no Plenarinho desta Casa.

O Senhor Presidente Chicão da Silveira – O evento em questão é no Plenário, e o que Vossa Excelência se refere é no Plenarinho.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel – Acho muito importante a realização dessa audiência para conhecermos um pouco mais sobre a realidade dos indígenas do nosso Estado, especificamente os da Raposa/Serra do Sol, pois sabemos que após a homologação definitiva, os índios que naquela área permaneceram, enfrentam muitas dificuldades, haja vista que a situação deles é de total abandono. Mas, há de se considerar que o CIR foi a instituição que mais brigou por essa homologação. Nós, aqui na Assembleia Legislativa, previmos o descaso que o Governo Federal iria ter com as comunidades indígenas, denunciamos aqui, o abandono que iria acontecer após a criação dessa reserva, e o CIR foi um dos principais responsáveis por essa situação em que se encontram hoje os indígenas do nosso Estado. Por isso, faço essa manifestação.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Senhores Deputados que concordarem com o Requerimento, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

A Mesa Diretora registra as felicitações ao eminente Deputado Joaquim Ruiz pela passagem do seu aniversário. Que Deus o abençoe e lhe dê muitos anos de vida. Registramos também a passagem do aniversário, no dia de ontem, do servidor Josiran.

Não havendo mais Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Diego Coelho – Senhor Presidente, mais uma vez venho cobrar da Mesa Diretora o Requerimento assinado por um terço dos Senhores Deputados, solicitando a abertura de uma CPI dos contratos de locação do Governo do Estado de Roraima. Estou muito chateado com a Mesa Diretora, pois temos aqui ouvintes no Plenário, ouvintes da Rádio, e todo dia estou pedindo que coloque em votação o Requerimento que foi assinado, já passou pelo tempo regimental de 15 dias, e foi justificado ontem que estava tramitando nas Comissões esperando o Parecer Jurídico da Consultoria Jurídica. Entretanto, essa informação não procede, porque o Requerimento não precisa passar por nenhuma Comissão e nem precisa de Parecer Jurídico para votação. Logo, fica feio para esta Casa está segurando um Requerimento, engavetando, cozinando o galo. Peço a Vossa Excelência que cobre ao Presidente desta Casa que ele seja colocado em votação o mais rápido possível. Enquanto esse requerimento não for colocado em votação, vou estar cobrando todos os dias. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, houve

um documento assinado pela maioria absoluta dos Deputados, coordenado pelo Deputado Flamarion, com apoio aval da vice-Presidente que estava atuando no momento, a Deputada Aurelina, para que nós regulamentássemos a Lei e convocássemos quando completasse um ano, as empresas de economia mista dos institutos e fundações. A lei está em vigor e a regulamentação, Deputado Flamarion Portela, nós estamos aguardando, mas já ultrapassou quinze dias e nós continuamos aguardando até para que possamos fazer as convocações e o debate com os presidentes, dessas empresas, porque é obrigação e competência da Assembleia Legislativa, Presidente, acompanharmos o desenvolvimento dos projetos, daquilo que foi aprovado na Lei Orçamentária, dos programas, das ações de cada instituição pública. Portanto, estamos aguardando e pedimos uma interferência pessoal de Vossa Excelência para que essa regulamentação saia de imediato, pois já ultrapassou 15 dias, para que possamos exercer o nosso papel de legislador junto a essas autoridades.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, quero usar esse Expediente para convocar a recém-criada Comissão, para estudar dívida, pois é uma Comissão Especial Externa, para analisar e avaliar a dívida externa do Estado de Roraima. Convido os Deputados Joaquim Ruiz, Ionilson Sampaio, Coronel Chagas, Flamarion Portela e Chicão da Silveira para que, logo após o término da Sessão, possamos nos reunir aqui para instalar a Comissão. Quero aproveitar o momento para transmitir o meu fraterno abraço ao meu colega Deputado Joaquim Ruiz pela passagem do seu natalício. Eu desejo a ele saúde, sucesso e que continue sendo sempre esse Deputado atuante e brilhante. Um abraço.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, quero, inicialmente, dar as boas vindas a todos os companheiros e amigos do Taboca que estão aqui nesta Casa. Acompanhados pelo Deputado Soldado Sampaio, eles vão à Secretaria de Obras reivindicar seus direitos de terem suas estradas trafegáveis, para que possam escoar suas produções e levar seus filhos para as escolas, enfim, terem o direito constitucional de irem e virem, direito que deve ser assegurado pelo Poder Público. Parabéns, Deputado Soldado Sampaio, pela iniciativa. Em nome da oposição, quero parabenizar aqui o nosso amigo, nosso nobre colega Deputado Joaquim Ruiz pelo seu aniversário, desejando que Vossa Excelência viva muitos e muitos anos felizes. Quero também deixar aqui a indignação da oposição por ver hoje, Senhor Presidente, estampado na primeira página do jornal: ELETROBRÁS corta energia de duas escolas da rede pública estadual. Sabemos que a ELETROBRÁS está fazendo o seu papel por ser uma empresa que precisa receber pelos serviços e que o Governo não está honrando seus compromissos, deixando que cortem, inclusive, a energia de escolas públicas. Senhor Presidente, também quero convocar e chamar a atenção em especial dos Deputados Jalser Renier, Gabriel Picanço, Erci de Moraes e Rodrigo Jucá, pois vamos ter um Simpósio aqui, marcado para o 8 e 9 de agosto, e já estamos trabalhando o esqueleto desse Simpósio. Hoje haverá aqui uma reunião da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, onde estarão os representantes da FECOR, da FIER, do Departamento de Comércio Exterior, da Câmara do Comércio Brasil/Guiana, da Associação das Micro e Pequenas Empresas – AMER, a Secretaria do Índio, por conta do Turismo e do Setor Atacadista e Distribuidor do nosso Estado, para que possamos juntos montar um esqueleto para construirmos um Simpósio que leve ao setor comercial, industrial e ao setor de turismo, algumas proposições para que possamos engrandecer e fortalecer esses segmentos tão importantes para a economia do nosso Estado. Portanto, Deputados, às 3h, na sala de reuniões, conto com a presença dos Senhores.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, queria, de antemão, parabenizar o Deputado Joaquim Ruiz, desejando sucesso e saúde a ele e a seus familiares, para que continue sendo esse homem que tem um grande amor por Roraima e que exerce seu papel com toda dignidade. Mesmo Vossa Excelência sendo da base governista, tenho visto seu posicionamento em defesa do Estado, independentemente do Governo gostar ou não. Acho que esse é o papel do deputado, porque acima do governo está o Estado e a sociedade. Senhor Presidente, queria me somar aqui ao Deputado Dhiego, pois temos que dar um posicionamento sobre a CPI da Locação de Veículos. Não parece, mas que estamos caindo no descrédito. Eu estou tomando a decisão de não assinar mais nenhuma CPI, pois eles servem apenas para serem engavetadas. Não podemos compactuar com isso. Se não há nada de errado, vamos chegar à conclusão que está tudo certo, apesar de acharmos que algo está errado. Então, esta Casa deve apurar as irregularidades através de uma CPI. Nós assinamos um requerimento para abriremos uma CPI com relação à questão da saúde, do desvio dos quase trinta milhões. Esse foi o indício. Depois constatamos que o

Ministério Público emitiu alguns posicionamentos nesse sentido e, naquele momento, se argumentou que não precisaria de CPI em virtude do Ministério Público estar apurando, a Polícia Civil ter desencadeado uma operação, a Polícia Federal, outra. E, nós ficamos preocupados e registramos tudo, está aí gravado nos anais desta Casa que só iam pegar peixe pequeno. Contudo, até agora, os peixes pequenos estão se safando, os 30 milhões foram pelo ralo e a nossa saúde continua de mal a pior. Então, fica o nosso pedido reiterando junto à mesa que coloque em votação a CPI da locação dos veículos e, pegando um gancho na fala do Deputado Dhiego, vamos deixar de cozinhar o galo. Portanto, eu me somo a ele.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, primeiro, gostaria de parabenizar o meu amigo e companheiro, Deputado Joaquim Ruiz, que tem sido um grande parlamentar. Eu desejo a Vossa Excelência toda a sorte do mundo e que chegue, no mínimo, a idade de Matusalém. Então, saúde, sucesso, felicidade para o Senhor e para toda a sua família. Queria dizer também ao eminente Parlamentar que essa Lei já está na Constituição. O que tem que ser feito, na verdade, é a Comissão Especial ou o Presidente da Assembleia, ou até mesmo o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, verificar junto ao Departamento técnico desta Casa quais foram os mandatos das instituições, bem como das autarquias que tiveram seus vencimentos de acordo com as vigências da Lei. Aqueles que tiverem com seus mandatos finalizados, no tocante à questão de voltar novamente a Assembleia Legislativa para apresentar o seu ordenamento de trabalho e as metas que foram apresentadas durante o seu período de gestão, já poderão vir aqui, na Assembleia, a convite do Presidente de qualquer Comissão, ou da Comissão Especial criada nesta Casa, ou do Presidente da Comissão de Justiça e Redação Final, ou do Presidente desta Casa. Isso diz o Regimento. Então, o que está faltando, na verdade, é simplesmente a equipe técnica dizer que a autarquia tal já está com seu mandato vencido e tem que prestar contas novamente a esta Casa. Então, é só enviar o documento, solicitar a presença do Presidente, o Presidente vem, faz o seu ordenamento, seu plano de metas, presta Contas, a qual, novamente passa por uma Comissão, depois ele sabatinado e, numa votação secreta, passa novamente pela Assembleia. Isso foi o que nós votamos na proposta de Emenda à Constituição. Portanto, a Lei não precisa de regulamentação, não precisa de absolutamente nada, é uma Emenda à Constituição que já está em vigor e cabe a qualquer um dos Presidentes anunciarem o dia, a hora e o mês que os Presidentes dessas autarquias devem vir aqui nesta Casa para prestarem os devidos esclarecimentos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Peço à assessoria legislativa desta Casa que, após o retorno dos Deputados da UNALE, preparem um calendário para que sejam convocados todos os representantes das entidades. Mais uma vez nesta Casa, registro a presença dos moradores lá do Taboca. E, quero dizer que nos sentimos honrados com suas presenças. A todos nossos sinceros agradecimentos. Esta Casa está de portas abertas para recebê-los. Sejam bem-vindos.

E, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 29, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 24/05/12

ATA DA 2122ª SESSÃO, EM 24 DE MAIO DE 2012.

43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e quatro de maio de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima vigésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) –Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

.Mensagem Governamental nº 25, de 23/05/12, que institui o CUIDAR – Programa de Alimentação Complementar a fim de garantir proteção social e segurança alimentar a crianças por meio da oferta de complemento lácteo.

EXTERNOS:

.Ofício Circular nº 196/12, de 11/05/12, convocando a 16ª chamada do fundo de Assistência Parlamentar, conforme cópia de resolução 001/99 e relação nominal dos filiados ao FAP.

.Ofício nº 487/12, de 18/05/12, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Oitavo Termo Aditivo ao Convênio nº 016/09 entre o Estado de Roraima/SEINF/Município de Rorainópolis.

.Ofício nº 191/12, de 18/05/12, do Conselho Regional de Medicina de Roraima, enviando cópia do Relatório da Comissão de Fiscalização.

.Ofício nº 498/12, de 22/05/12, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Oitavo Termo Aditivo ao Convênio nº 047/09 entre o Estado de Roraima/SEINF/Município de Amajari.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procedida à chamada.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, toda distinta plateia que nos acompanha hoje, aqui neste Plenário, membros dos meios de comunicação, a todos os que nos escutam através da rádio comunitária Anauá e rádio FM Parente, o nosso cordial bom-dia. Informo que devo estar protocolando hoje ainda, uma Indicação à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros sobre a minuta de decreto com a finalidade de fazer a regulamentação da jornada de trabalho dessas duas corporações militares do Estado de Roraima. Tal iniciativa tem por objetivo cumprir o disposto em dispositivos da Lei Complementar 194, de 2012, que “Dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais”, lá está estabelecido que em 180 dias, o Governo do Estado deverá regulamentar a jornada de trabalho estabelecida por esta Assembleia, que deverá ser de uma hora trabalhada para três horas de descanso e, nessa proporção, então, 12 horas de serviço e 35 horas de folga; 24 horas de serviço, 72 horas de folga, assim como é em outras corporações policiais. Essa ação se faz em razão das manifestações que vêm acontecendo em alguns setores da Polícia Militar, no tocante a aplicação de dispositivos contidos no Estatuto dos militares. Nosso objetivo é contribuir com a administração pública, ouvindo os mais diversos setores da corporação. Então, estaremos protocolando hoje essa indicação com a devida justificativa, esperando que o Governo do Estado nos ouça e que os comandos da corporação olhem com carinho essa nossa Indicação, visando que o Governo regule, no mais breve espaço de tempo, a jornada de trabalho, as escalas de serviço, para que haja maior tranquilidade e para que o policial possa tirar o seu serviço sem que haja um esforço desnecessário ou o comprometimento de sua saúde e de sua segurança, prestando dessa forma, um serviço de melhor qualidade ao cidadão roraimense.

Eu também quero dizer que hoje, o PROCON da Assembleia está completando pouco mais de 20 dias úteis de serviço prestados à sociedade roraimense. Esse órgão já vem demonstrando o alto grau de qualidade na prestação dos serviços. Ele já registrou nesse curto período de tempo em torno de 200 atendimentos aos cidadãos roraimenses. São atendimentos buscando resolver a situação do cidadão que adquiriu um produto, que apresentou um problema e não foi prestado o serviço da forma que foi

contratado. Então, o PROCON Assembleia já está se consolidando como um órgão de defesa, de orientação e proteção ao cidadão roraimense no tocante às relações de consumo. Nós sabemos que a eficácia da lei depende de sua aplicação e, no tocante à relação de consumo, há a necessidade de termos um órgão que faça a fiscalização do que está previsto no Código de Defesa do Consumidor, que foi instituído há mais de 20 anos. Então, eu quero apenas parabenizar os servidores do PROCON Assembleia e dizer que, com certeza, com o passar das semanas e dos meses, cada vez mais esse órgão vai se consolidar, da mesma forma que o Estado vai se consolidando ao criar os órgãos necessários, fazendo uma rede de proteção ao cidadão roraimense. Quero dizer também que, neste curto espaço de tempo, o PROCON Assembleia tem buscado e realizado parcerias com os mais diversos órgãos. Nesse sentido, já conversou com a Defensoria Pública do Estado de Roraima e está sendo elaborado o acordo de colaboração técnica, no sentido de que aqueles problemas que chegarem ao PROCON e não forem resolvidos no atendimento e nem na conciliação, e se fizer necessário uma ação judicial, assim procederá após a assinatura do acordo de cooperação técnica, através dos competentes Defensores Públicos do Estado de Roraima.

Gostaria de dizer também que, da mesma forma houve uma reunião com o Ministério Público do Estado de Roraima, especialmente com o Promotor de Defesa do Consumidor e da Cidadania, Doutor Ademir Teles de Menezes, e está sendo ultimado a redação do acordo de cooperação técnica entre aquela promotoria, o Ministério Público e a Assembleia, através do PROCON Assembleia, para ações conjunta de fiscalização, buscando sempre a satisfação do cidadão enquanto consumidor. No mesmo sentido foi contactado com o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, e está sendo providenciado um acordo de cooperação técnica também em conjunto. E, na última semana, nós tivemos a grata satisfação de firmarmos um acordo de cooperação técnica com o Município de Boa Vista, com a Prefeitura Municipal, com o PROCON Municipal, porque existe um PROCON no Município, logo, os dois PROCONS, após esse acordo de cooperação técnica que foi firmado, passarão a atuar em conjunto. Esse acordo prevê também que os Servidores do PROCON Assembleia devem realizar o treinamento dos servidores do PROCON Municipal, para especializá-los no atendimento aos problemas recorrentes de relações de consumo. É importante frisar que essa parceria é de fundamental importância para a realização de diligências in loco nos estabelecimentos comerciais, visando verificar a qualidade dos serviços e dos produtos disponibilizados ao cidadão roraimense. Eu tenho a certeza que com a consolidação desses dois PROCONS e com a especialização de seus servidores, nós vamos está cada vez mais nos aproximando de uma sociedade em que efetivamente vai haver a eficácia na aplicação da Lei. Então, são informações que trouxe para conhecimento dos Senhores Parlamentares e todos que nos acompanham neste momento, dizendo que o PROCON Assembleia trabalha de segunda-feira a sexta-feira, das oito às dezoito horas, de forma ininterrupta, atendendo todos que, por ventura, tenham um problema que não tenha sido resolvido. Queremos destacar que das conciliações realizadas no PROCON, 80% delas, nesses quase trinta dias, foram resolvidas na Mesa de negociação, de um lado o cliente, do outro a empresa, através de seu representante, chegando a um acordo. Isso é espetacular, porque são quirelas, problemas que nós estamos evitando que cheguem aos tribunais, desafogando esse poder do Estado de questões que levam a uma lentidão muitas vezes por excesso de processos que tramitam na justiça. Quero dizer que o PROCON Assembleia atende não só pessoalmente, mas, também, às dúvidas, perguntas, questionamentos que podem e são dirimidas através de telefone e da internet, no e-mail do PROCON, e também do facebook onde o PROCON Assembleia tem um perfil, basta solicitar que seja adicionado e o cidadão vai poder, em tempo real, está conversando com os nossos técnicos, tirando as dúvidas e buscando orientação para que, efetivamente seus direitos sejam garantidos. Enfim, eram esses dois pontos que nós tínhamos para trazer hoje nesse plenário e, desde já, agradecemos a atenção de todos, nos colocando à disposição não só dos Senhores Parlamentares, mas de todos cidadãos roraimense. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Não havendo mais Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do requerimento nº 018/12, de autoria de vários Deputados, requerendo a inclusão na Ordem do Dia da Sessão plenária do dia 24 do corrente mês, para discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 027/12, que “ Fixa o índice de Revisão Geral anual, exercício 2012, preceituada no artigo 37, Inciso X, da CF/88, e artigo 20-C da constituição Estadual c/c o artigo 1º da Lei nº 769, de 05 de abril de 2010, para as remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores civis e militares ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo da Administração

Estadual Direta e Indireta, e dá outras providências, bem como do Projeto de lei nº 014/12, que “ Dispõe sobre a criação de cargos em comissão para atender o funcionamento da estrutura organizacional da Casa Militar; ambos do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido o Requerimento nº 018/12.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Coloco em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação.

A votação será simbólica. Votando “sim”, aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam-na.

Dou por aprovado o Requerimento.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 027/12, e para que a Comissão de Orçamento e Administração em conjunto, analise e emita parecer ao Projeto de Lei nº 014/12.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – Enquanto membro da Comissão de Administração, Segurança e Serviço Público, quero impetrar recursos no plenário contra a decisão da comissão de orçamento que analisou de maneira conjunta e, em desfavor do nosso pedido de vista, tanto o meu, como o do Deputado Dhiago. Meu recurso é contra a decisão da comissão de orçamento e administração que negou o pedido de vista ao Deputado Dhiago e ao Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado Jalser Renier pede Questão de ordem – Senhor Presidente, não é necessário a análise do requerimento por escrito, feito pelo Deputado Sampaio, para ser analisado em plenário, uma vez que, o projeto não está na pauta. O que está na pauta são os 4,5% como nós acordamos, como é de costume nesta Casa. O que há na pauta e será analisado agora no plenário, são os 4,5%. Então, não cabe, Presidente, análise dessa interposição, a não ser quando ele estiver em pauta.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Vou acatar o requerimento de Vossa excelência e conceder o pedido de Vista a Vossa Excelência no tempo regimental que são de duas sessões.

O Senhor Deputado Marcelo Cabral pede Questão de Ordem – Presidente, o projeto, como o Deputado Jalser falou, não está na Ordem do Dia, logo, o Senhor não pode conceder pedido de vista.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Está relacionado e foi aprovado um requerimento com a maioria da assinatura dos Senhores. Concedo o Pedido de Vista a Vossa Excelência, Deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Parecer das Comissões em Conjunto e do Projeto de Lei nº 027/12.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido o Parecer com as Emendas.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão o Projeto de Lei 027/12.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, registrei o meu protesto na Comissão agora pouco, alegando que não deveria ser 4,5% e sim 6,5%. Deixei bem claro, vou votar nos 4,5% porque é melhor que nada, mas estamos fazendo um levantamento junto com assessoria jurídica, dos últimos anos, onde o Governo do Estado não vem concedendo a reposição integral que deveria ser de 6,5%. Recurso no orçamento do Estado tem e é suficiente para conceder os 6,5% e, mais os 2% de reajuste, a prova disso que está aqui uma quantidade imensa de cargos comissionados com altos salários. Agora, a prioridade não é o servidor efetivo, porque o servidor efetivo vem para o Plenário, como estão aqui os policiais civis, fazer greve, mas no período de campanha eleitoral não se submetem a fazer bandeira nas ruas, pedir voto, como boa parte dos nossos comissionados que ficam sujeito ao período de campanha. Isso é fato histórico no nosso Estado. A minha Assessoria Jurídica está fazendo um levantamento de perca salarial e, constatamos que os servidores da saúde, da educação, que ganham abaixo de um salário mínimo, a cinco, seis anos atrás, ganhavam muito mais que um salário mínimo. E, por que isso? Porque o salário mínimo vem sempre acompanhando a inflação, todo ano há o reajuste, mas os servidores do nosso Estado não tem essa reposição integral. Isso causa prejuízo, principalmente ao servidor. 5% para quem ganha dez mil é uma coisa, 5% para quem ganha 600 reais é outra coisa, 5% para quem ganha menos de um salário mínimo é praticamente nada. Então, fica o nosso protesto. Vou votar a favor dos 4,5% de maneira indignada, protestando contra o posicionamento do Governo que poderia muito bem dar os 6,5% de reposição salarial. O Governo do Estado usou a seguinte estratégia, subestima o orçamento e fica com a caneta fazendo abertura de crédito

por excesso de arrecadação. No ano passado, teve mais de um bilhão dessa arrecadação. Houve o incremento do orçamento de mais de 50%. A Secretaria de Planejamento, Deputado Brito, é muito prudente, alega que não coloca um orçamento real, porque os recursos dependem de repasses do Governo Federal. Mas essa prudência tem um limite. E, não como está acontecendo. Só na saúde esse ano, Deputado Chicão, já foram abertos 117 milhões de excesso de arrecadação. E o orçamento da saúde primária, aprovado nesta Casa, é de 231 milhões; mais de 50% de incrementos. E, na outra secretaria não é diferente, quase meio bilhão de reais já foram arrecadados. Então, recurso tem, o que o Governo do Estado não quer é conceder a reposição integral aos servidores. Eu já me comprometi. Estou montando uma ação judicial, vou repassá-la para cada sindicato, inclusive, para aquele sindicato que não tiver a assessoria jurídica. Quero me comprometer que iremos buscar na justiça essa reposição salarial integral. Era isso, Senhor Presidente. Fica aqui o nosso registro.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais nenhum Deputado para discutir, coloco em votação a matéria. A votação será nominal e eletrônica. Nos termos do parágrafo 4º, do Artigo 232 do Regimento Interno, os Senhores Parlamentares têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto. Votando sim, os Deputados aprovam a proposição. E votando não, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, eu encaminho a votação da oposição pelo voto sim, mas deixando aqui também a nossa indignação quanto à reposição salarial abaixo da média inflacionária. Nós votamos sim, porque os servidores merecem ter um reajuste, por menor que seja. Contudo, o ideal seria seis e meio por cento, tendo em vista o tanto de cargos comissionados que são criados todos os anos só para privilegiar os apaniguados do Governo do Estado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Declaro aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 027/12, por 15 votos sim; nenhum voto não; e nenhuma abstenção.

Não havendo mais nada a tratar na Ordem do Dia, passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, quero registrar a presença em plenário do Vereador Denis, de Caroebe, e dizer que hoje, naquele município, a ponte que deveria dar trafegabilidade de Entre Rios a Caroebe, sendo Entre Rios a área mais produtiva daquele município, tendo um dos únicos arranjos produtivos do nosso Estado como força econômica, que é a produção de banana, está interrompida, quebrada. Os produtores de banana estão fazendo baldeamento de um lado da ponte para o outro, cacho a cacho. E, hoje, eles se reuniram para queimar a ponte, porque ela não têm condições de trafegabilidade. É um perigo o pai ou a mãe de família que vai atravessar aquela ponte, cair naquele rio e sofrer um acidente, chegando até a óbito, como já faleceram lá alguns, anos atrás.

Então, eu gostaria de deixar registrado aqui e pedir a Mesa Diretora desta Casa, ao líder do Governo, que entre em contato com a Secretaria de Infraestrutura e com a Secretaria de Obras, com o Cacá, que é o secretário, com o próprio Governo do Estado, para tomar providências, já que o discurso é priorizar o setor produtivo, pois aquela ponte é prioridade.

Quero dizer para Vossa Excelência que eu tenho 300 mil reais da minha emenda parlamentar para que seja dado manutenção naquela ponte. Peguem os 300 mil da minha emenda e consertem a ponte sobre o Rio Caroebe. Os moradores de Caroebe necessitam dessa ponte, precisam dessa assistência e o Governo do Estado não se dispõe a dar, deixando os produtores sem condições de trafegabilidade, sem conseguirem escoar a produção de banana, de peixe e outras produções que têm naquele Município. Portanto, gostaria de pedir a Vossa Excelência, enquanto Presidente, ao líder do Governo, para solicitar ao Governo do Estado que tome providências para que não queimem a ponte num ato de protesto, e um protesto, diga-se de passagem, legítimo dos produtores e moradores daquela região. Obrigado.

O Senhor Deputado Dhiago Coelho – Senhor Presidente, quero cumprimentar todos os policiais civis que se encontram no Plenário e me somar a eles nesse movimento de paralisação, dizendo que estou junto com eles para o que der e vier. Venho, desde a semana passada, cobrando uma resposta quanto à entrada de um Requerimento pedindo a criação de uma CPI para analisar os contratos de locação de veículos para o Governo do Estado, com assinatura de um terço dos Deputados desta Casa, mas até agora esse Requerimento não foi colocado em votação. Regimentalmente, a Casa tem quinze dias para liberar essa matéria para o Plenário, já se passou um mês e sete dias do prazo, portanto, esta Casa está em atraso e eu estou cobrando todos os dias,

fica feio para a Mesa não está cumprindo com o seu dever. Temos um Plenário que está cheio de gente participando e ouvindo essa cobrança, nossa sessão é transmitida para todo o Estado, as pessoas estão nos escutando ao vivo, fica feio todo dia ter que vir aqui e cobrar para que se coloque esse requerimento em votação. Estou com duas semanas cobrando à Mesa e vocês não dão nenhuma resposta concreta sobre que dia vão colocar esse Requerimento em votação. Eu peço, Presidente, que a Mesa se posicione com referência a esse pedido de CPI. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chicão da Silveira) – Deputado Dhiego, estamos obedecendo aos prazos regimentais.

O Senhor Deputado Dhiego Coelho – Senhor Presidente, o prazo regimental é de quinze dias, estamos com um mês e sete dias além do prazo.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Queria me direcionar ao Deputado Célio Wanderley e dizer-lhe que a situação da ponte sobre o Rio Caroebe é preocupante. Recebi uma mensagem de um dos produtores informando que a madeira da ponte está pronta na serraria, mas, a pessoa que está responsável para executar a obra não tem o dinheiro para pagar a madeira e, a madeireira não vai entregá-la sem receber. Então, gostaria que Vossa Excelência intervisse junto à Secretaria de obras e pedisse que arrumassem um jeito de tirar essa madeira da serraria para fazer a ponte, porque a situação é preocupante, se aquela ponte chegar a cair, só vão poder mexer nela depois do inverno, pois aqui não há nenhuma empresa especializada para fazer uma estrutura daquela com três, quatro metros de profundidade, ainda mais com aquela correnteza tão forte como a do Rio Caroebe. Acho que com sua interferência junto ao Governador, dá para pedir ao Secretário de Obras que resolva o problema antes de acontecer o pior. Obrigado.

O Senhor Soldado Sampaio – Senhor Presidente, quero deixar bem claro meu posicionamento político em apoio aos policiais civis que decretaram greve a partir de hoje. Foram obedecidos todos os trâmites legais, apesar de estarmos preocupados com a possível decisão judicial decretando a greve ilegal. Tem sido prática neste Estado a justiça decretar todo tipo de greve ilegal, não vi nenhum posicionamento contrário. Quero ver no dia que sai uma greve do judiciário, como vai ser julgada. Fica, então, meu apoio aos policiais civis pela forma com que o Governo do Estado vem conduzindo a política de valorização do servidor, chegando ao ponto de causar divisão dentro da própria categoria, simplesmente por não sentar e conversar com esses servidores. É inadmissível a postura desse Governo. Estão fazendo isso com a polícia civil, já fizeram com a polícia militar e estão construindo a mesma política de desrespeito com os servidores da saúde, pois o Plano de Cargos e Salários não está obedecendo às normas do Pacto Federativo, do qual o Governo do Estado faz parte, sendo que deveria formar uma comissão paritária para montar o Plano de Cargos e Salários. Nos preocupa, porque a

greve é um instrumento legítimo do trabalhador, mas ninguém gosta de greve. O trabalhador é prejudicado, a sociedade se prejudica, a exemplo do que está acontecendo agora na cidade de Caracará, onde a polícia civil está em greve, a PM tem uma viatura, mas está quebrada, ou seja, tem dinheiro sim para criar cargo comissionado para Casa Militar, agora para recuperar as viaturas da PM e abastecer, não tem. Fica meu protesto e minha preocupação com esses homens e mulheres que aqui estão, pois são eles que fazem a segurança pública desse Estado de maneira efetiva. Eles não estão dentro dos gabinetes, nem nas ruas fazendo o policiamento, estão fazendo o policiamento interno e externo do sistema penitenciário, onde há mais de mil presos no momento, doidos para fugir e vir cometer crimes na cidade, são eles que mesmo sem estrutura nenhuma, sendo desvalorizados, estão lá vinte e quatro horas por dia, enquanto nós, dormimos no conforto do nosso lar. Peço o apoio de todos para juntos procuramos o Executivo, achamos uma solução e acabamos de vez com essa greve, mas não reprimindo, decretando ilegal a greve, mas sim buscando o entendimento em favor da segurança Pública do nosso Estado e da valorização dos servidores que estão aqui, presentes. Fica o meu registro e a minha preocupação e, responsabilizo o Executivo pela forma intransigente em não querer negociar com os servidores, por qualquer crime que venha a ocorrer no Sistema Penitenciário, se os índices de violência aumentarem por causa da greve da polícia civil e pela falta de estrutura da polícia militar para fazer a segurança pública. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Chico Guerra – A Mesa vem sendo provocada há dias pelo Deputado Dhiego Coelho e, eu gostaria de dizer ao Deputado, que leia direito e com atenção o Regimento Interno, pois ele vai ver que é regimental para o Presidente a prerrogativa de fazer a pauta. E quanto a sua cobrança para que o galo cozinhe, eu vou botar água, vai acabar a água, vai queimar o galo e eu não vou botar para comerem, pois sabemos porque Vossa Excelência está fazendo isso. Quando estiver reivindicando em prol do povo, eu coloco para votarmos, mas enquanto Vossa Excelência estiver agindo da forma como está, não vou colocar porque é prerrogativa do Presidente decidir.

O Senhor Presidente Deputado (Chicão da Silveira) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar do Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão convocando outra para amanhã, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Bríto Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jaiser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 29/05/12

ATOS FINANCEIROS

ALE/SEFIN/MEMO Nº 055/12 Boa Vista-RR, 26 de julho de 2012

Excelentíssima Senhora

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO

Gerente de Documentos Gerais da ALE/RR

Senhora Gerente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, o **Relatório Resumido de Execução Orçamentária deste Poder Legislativo, referente ao 3º bimestre de 2012, para publicação no Diário da Assembléia**, conforme quadro anexo.

Cordialmente,

FRANCISCO CARMOZILDO HENRIQUE DE ARAUJO

Gerência de Orçamento

PODER LEGISLATIVO
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO: 2012 / BIMESTRE: MAIO – JUNHO/2012

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

RS (reais)1,00

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-e)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	114.974.190,00	126.578.212,00	—	—	—	—	126.578.212,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	114.974.190,00	126.578.212,00	—	—	—	—	126.578.212,00
Transferências Intragovernamentais	114.974.190,00	126.578.212,00	—	—	—	—	126.578.212,00
RECEITAS DE CAPITAL	14.950.000,00	3.345.978,00	—	—	—	—	3.345.978,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.950.000,00	3.345.978,00	—	—	—	—	3.345.978,00
Transferências Intragovernamentais	14.950.000,00	3.345.978,00	—	—	—	—	3.345.978,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	129.924.190,00	129.924.190,00	—	—	—	—	129.924.190,00
DÉFICIT (II)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	129.924.190,00	129.924.190,00	—	—	—	—	129.924.190,00

DESPESAS	PREVISÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (b-f)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (b)	No Bimestre (c)	Até o Bimestre(d)	No Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/b)	
DESPESAS CORRENTES	114.974.190,00	126.578.212,00	20.384.142,94	104.771.945,27	23.637.628,69	67.662.577,06	53	58.915.634,94
Pessoal/Encargos Sociais	114.974.190,00	47.787.018,00	1.785.855,69	41.457.985,31	12.270.632,02	35.869.455,60	75	11.917.562,40
Outras Despesas Correntes	114.974.190,00	78.791.194,00	18.598.287,25	63.313.959,96	11.366.996,67	31.793.121,46	40	46.998.072,54
DESPESAS DE CAPITAL	14.950.000,00	3.345.978,00	42.969,31	46.669,31	0,00	0,00	0,00	3.345.978,00
Investimentos	14.950.000,00	3.345.978,00	42.969,31	46.669,31	0,00	0,00	0,00	3.345.978,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)	129.924.190,00	129.924.190,00	20.427.112,25	104.818.614,58	23.637.628,69	67.662.577,06	52	62.261.612,94
SUPERÁVIT (II)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	129.924.190,00	129.924.190,00	20.427.112,25	104.818.614,58	23.637.628,69	67.662.577,06	52	62.261.612,94

Fonte: FIPLAN – Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente da Assembleia Legislativa

Tatiane Rodrigues Bezerra de Andrade
Diretora Financeira

Cristiane Romênia Fonseca de Almeida
Controladora Geral ALE/RR

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO: 2012 / BIMESTRE: MAIO – JUNHO/2012

RS (reais) 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total a)
LEGISLATIVA	129.924.190,00	129.924.190,00	20.427.112,25	104.818.614,58	23.637.628,69	67.662.577,06	52
Ação Legislativa	129.924.190,00	129.924.190,00	20.427.112,25	104.818.614,58	23.637.628,69	67.662.577,06	52
TOTAL	129.924.190,00	129.924.190,00	20.427.112,25	104.818.614,58	23.637.628,69	67.662.577,06	52

FONTE:FIPLAN- Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente da Assembleia Legislativa

Tatiane Rodrigues Bezerra de Andrade
Diretora Financeira

Cristiane Romênia Fonseca de Almeida
Controladora Geral ALE/RR

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO: 2012 / BIMESTRE: MAIO – JUNHO/2012

RS (reais) 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	90.868,00	90.868,00	—	—	—	—	90.868,00
TRANFERÊNCIAS CORRENTES	90.868,00	90.868,00	—	—	—	—	90.868,00
Transferências Intragovernamentais	90.868,00	90.868,00	—	—	—	—	90.868,00
RECEITAS DE CAPITAL	164.000,00	164.000,00	—	—	—	—	164.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	164.000,00	164.000,00	—	—	—	—	164.000,00
Transferências Intragovernamentais	164.000,00	164.000,00	—	—	—	—	164.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	254.868,00	254.868,00	—	—	—	—	254.868,00
DÉFICIT (II)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	254.868,00	254.868,00	—	—	—	—	254.868,00

DESPESAS	PREVISÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (b-f)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (b)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre(d)	No Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/b)	
DESPESAS CORRENTES	90.868,00	90.868,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.868,00
Pessoal/Encargos Sociais	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Despesas Correntes	90.868,00	90.868,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.868,00
DESPESAS DE CAPITAL	164.000,00	164.000,00	—	—	—	—	—	164.000,00
Investimentos	164.000,00	164.000,00	—	—	—	—	—	164.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)	254.868,00	254.868,00	—	—	—	—	—	254.868,00
SUPERÁVIT (II)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	254.868,00	254.868,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.868,00

Fonte: FIPLAN – Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente da Assembleia Legislativa

Tatiane Rodrigues Bezerra de Andrade
Diretora Financeira

Cristiane Romênia Fonseca de Almeida
Controladora Geral ALE/RR

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO: 2012 / BIMESTRE: MAIO – JUNHO/2012

RS (reais) 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total a)
LEGISLATIVA	254.868,00	254.868,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	254.868,00	254.868,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	254.868,00	254.868,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: FIPLAN- Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente da Assembleia Legislativa

Tatiane Rodrigues Bezerra de Andrade
Diretora Financeira

Cristiane Romênia Fonseca de Almeida
Controladora Geral ALE/RR



PROCON

ASSEMBLEIA



**A Voz do
Consumidor**

proconassembleia@al.rr.gov.br
Fone: (95) 4009-5614